



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

1 ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA
2 HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia 03 de outubro de
3 2025 por videoconferência. Ao terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às
4 nove horas em primeira convocação, e às nove horas e quinze minutos em segunda convocação,
5 deu-se início a Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios
6 Macaé e das Ostras, com a seguinte relação de presença: *Setor Poder Público*: Prefeitura
7 Municipal de Macaé, representada pela Sra. Evelyn Raposo da Silva; Secretaria de Estado do
8 Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, representada pelo Sr. Leonardo Silva Fernandes; Instituto
9 Estadual do Ambiente - Superintendência de Macaé, representado pelo Sr. Magno Grativol
10 Peixoto; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro –
11 EMATER-Rio, representada pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Junior; Prefeitura
12 Municipal de Rio das Ostras, representada pela Sra. Adiane Conceição de Oliveira; *Setor*
13 *Sociedade Civil*: Instituto Bioacqua de Prom. de Des. Sust. e Defesa do Meio Ambiente –
14 BIOACQUA, representado pelas Sras. Katia Regina S. Coelho de Albuquerque e Leideane Freire
15 da Silva; Centro de Estudos e Conservação da Natureza – CECNA, representado pelo Sr. Eduardo
16 Bini da Silva; Instituto Visão Social, representado pelo Sr. Thiers Porfirio Wilberger; Movimento
17 S.O.S. Praia do Pecado, representado pela Sra. Thayná Fernandes Ribeiro Toledo; Instituto
18 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Campus Macaé, representada pela Sra.
19 Maria Inês Paes Ferreira; Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo, representada
20 pelo Sr. Marcelo Acha Alexandre; Associação de Promotores e Criadores de Práticas e Saberes
21 Sustentáveis – Casa dos Saberes, representada pela Sra. Flávia Martins da Rosa Pereira da Silva;
22 Associação Raízes, representada pelo Sr. Tarcísio Conceição Oliveira. *Setor Usuários de*
23 *Recursos Hídricos*: Rio + Saneamento BL3 S.A., representada pela Sra. Luiza Crispim de Souza
24 Gonçalves; BRK Ambiental, representada pelo Sr. Otávio José Costa Martins; Marlim Azul
25 Energia S.A., representada pela Sra. Raphaela Moreira Ferreira; Associação Brasileira de
26 Geração de Energia Limpa – ABRAGEL, representada pela Sra. Maria Aparecida Borges P.
27 Vargas; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, representada pelo Sr. Reginaldo
28 Ramos; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., representada pelos Srs. Fernando Jakitsch
29 Medina e Carlos Pedro Ferreira Neto; Águas de Nova Friburgo S.A., representada pelo Sr.
30 Bernard Enne de Paula Vecchi; IPAR Participações LTDA, representada pelo Sr. Benjamin
31 Benzaquen Sicsú; Associação de Pescadores e Trabalhadores da Pesca Artesanal de Rio das
32 Ostras, representada pelas Sras. Ana Telis Rodrigues de Oliveira e Jocilene de Souza Barbosa.
33 *Ausências justificadas*: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Ostras - SAAE – RO.
34 *Convidados*: Adriana Saad (CILSJ) Daniele Pereira (CILSJ); Thiago Cardoso (CILSJ); Marisa
35 Morita (RHA); Luiza (RHA); Maira Moura (RHA); Candice Schaufert (RHA). A reunião foi
36 presidida pela Diretora Presidente do CBH Macaé, Sra. Maria Inês Paes Pereira sendo a pauta
37 inicial composta pelos seguintes itens: 1) Apresentação do Produto 10 - Relatório Consolidado
38 Final do Programa R.U.A. Realizadas as alterações solicitadas a pauta da reunião ficou assim
39 composta: **1) Apresentação do Produto 10 - Relatório Consolidado Final do Programa**



Consórcio Intermunicipal Ambiental Lagos São João – CILSJ
Entidade Delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras

Tel.: +55 (22) 98841-2358

www.cilsj.org.br

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

40 **R.U.A; 2) Aprovação da elaboração os ofícios solicitados no âmbito da CTLAZOC; 3)**
41 **Inclusão de pesquisadora do AmbHidro-IFF no GT Plano como convidada; 4) Informes**
42 **Gerais.** Iniciada a reunião, no **ponto de pauta 1** A Sra. Maria Inês iniciou a fala solicitando à
43 Sra. Daniele que projetasse a pauta para que ela já pudesse registrar as inclusões que havia
44 passado no dia anterior. Ela explicou que a pauta original tinha apenas um ponto e pediu a
45 inclusão de dois itens. Ela esclareceu que as inclusões não seriam aprovadas imediatamente, mas
46 apenas antecipadas para adiantar o fluxo da reunião. As duas inclusões foram as seguintes: 1)
47 Aprovação de Ofícios da CTLAZOC: A primeira inclusão tratou da aprovação da elaboração de
48 ofícios solicitados no âmbito da CTLAZOC. Maria Inês informou que a reunião da CTLAZOC
49 foi produtiva e gerou encaminhamentos. Ela salientou que a plenária aprovaria o
50 encaminhamento dos ofícios, e não o seu conteúdo, para que todos ficassem cientes e, assim, a
51 equipe do CILSJ pudesse redigir os documentos para sua assinatura. 2) Inclusão de Pesquisadora
52 Convidada: A segunda inclusão propôs a participação de uma pesquisadora convidada do Ambi
53 Hidro IF no GT Plano. A temática de sua pesquisa envolvia "gestão sustentável das águas e
54 valorização dos sistemas de espaço livre urbanos". A Sra. Maria Inês acrescentou que achou a
55 participação dela "profícua" após ter participado da banca de avaliação da pesquisa no dia
56 anterior. O Sr. Affonso manifestou-se a respeito dos ofícios, sugerindo que, em princípio, eles
57 deveriam passar pela CTIL ou pela Diretoria. Ele defendeu que isso deveria ser lembrado para
58 outras demandas de Câmaras Técnicas, comparando com as resoluções que, obrigatoriamente,
59 precisavam nascer na CTIL. A Sra. Maria Inês respondeu que o tema dos ofícios era caso omissio
60 no Regimento e nas resoluções das Câmaras Técnicas. Ela justificou que passar todos os ofícios
61 pela CTIL ou Plenária poderia causar perda de prazos, como os do Ministério Público. O Sr.
62 Leonardo concordou com o Sr. Affonso, colocando que não fazia sentido que todos os ofícios ou
63 a inclusão de convidados nos GTs precisassem passar pela Plenária para aprovação. A Sra. Maria
64 Inês esclareceu que aproveitou a plenária para essas inclusões de última hora e para democratizar
65 a informação, mas reforçou que esse não era o procedimento disciplinado e que não seria uma
66 nova regra. O Sr. Affonso concordou que, pelo menos, os ofícios deveriam ter o aval da Diretoria,
67 o que aconteceu na prática, já que a maior parte dela estava presente. Com o início da reunião a
68 Sra. Maria Inês reforçou a aprovação das inclusões, repetindo o esclarecimento de que o
69 procedimento não era uma exigência regimental, mas uma forma de democratizar as
70 informações, dado que a pauta inicial tinha apenas um ponto. Em seguida, convidou a equipe da
71 RHA Engenharia para apresentar o Relatório Consolidado Final do Programa RUA, passando a
72 palavra para um representante da Instituição. A Sra. Luiza fez a apresentação inicial da equipe,
73 e passou a palavra a Sra. Mayra assumiu a palavra, expressando o prazer em rever a todos para
74 fazer a apresentação formal do trabalho conduzido ao longo de dois anos no âmbito do Programa
75 RUA. Ela explicou que o Produto 10 correspondeu a um compilado de todas as metas do
76 programa, que foi composto por cinco metas: Meta 1: Plano de trabalho; Meta 2: Capacitar
77 tecnicamente 40 pessoas em oficinas e *workshops*; Meta 3: Cadastrar no mínimo 56 usuários de
78 recursos hídricos; Meta 4: Estudo de impacto de valores praticados na cobrança; Meta 5:

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

79 Relatório final e mapas síntese das campanhas de cadastramento. A Sra. Luíza observou uma
80 mudança de escopo na Meta 3: inicialmente, estava previsto que a RHA contrataria um técnico
81 para auxiliar o INEA na consistência dos cadastros de outorgas na RH VIII, mas essa contratação
82 não foi efetivada por questões burocráticas. Contudo, essa mudança não alterou o objetivo
83 principal de consolidar as demandas hídricas da RH VIII. A Meta 2 envolveu a criação de uma
84 identidade visual para o projeto em parceria com o Comitê e a CTEACOM, para garantir
85 reconhecimento imediato e comunicação clara. Todos os materiais contaram com a nova
86 identidade visual, incluindo formulários de inscrição disponíveis *online* e fisicamente, embora só
87 houvesse inscrições *online*. *Caderno "Regularize seu uso"*: Foi desenvolvido nas versões digital,
88 física (1.000 exemplares) e *audiobook*, e os cadernos auxiliaram na Meta 3. *Kits de Capacitação*:
89 Foram criados crachás, canetas, cadernos e copos de bambu ecológico reutilizável (1.200
90 unidades), que foram usados também na Meta 3 para divulgar o programa e aproximar a
91 população. *Planilhas "Calcule seu uso"*: Foram desenvolvidas planilhas para simular a
92 quantidade de água captada (superficial e subterrânea) e indicar se o uso se enquadrava em
93 outorga de direito ou certificado de uso insignificante. Foram inspiradas nas planilhas da ANA,
94 foram confeccionadas por finalidade (abastecimento, aquicultura, etc.) e orientaram os usuários
95 na Meta 3 a informar a vazão, que a maioria desconhecia. *Workshops, Realização e Vagas*:
96 Ocorreram em Lumiar (2 e 3 de dezembro) e Macaé (4 e 5 de dezembro). Inicialmente previram-
97 se 20 vagas para cada, mas devido à maior procura por Macaé, as vagas foram remanejadas para
98 30 em Macaé e 10 em Lumiar. *Parceria e Análise*: O INEA participou de ambos, e sua presença
99 foi fundamental para aproximar o órgão da comunidade e desmistificar o processo de outorgas.
100 No final, os participantes realizaram uma adaptação da matriz F.O.F.A. para discutir o sistema
101 de outorgas, cobrança e o Programa RUA. Resultados: O objetivo de formar agentes
102 multiplicadores foi cumprido. Pessoas do *workshop* de Macaé auxiliaram em etapas da Meta 3,
103 e em Lumiar, dois participantes do Programa PSA procuraram a equipe para realizar seus
104 cadastros. Ao todo, foram capacitadas 39 pessoas. A Meta 3 durou quatro meses (Abril a Julho
105 de 2025). A RHA, em parceria com o Comitê, desenvolveu e adaptou estratégias de mobilização
106 ao longo do tempo. *Estratégias de Mobilização*: Identidade Visual: Foram confeccionadas
107 camisetas e crachás (com a identidade da Meta 2) para passar maior segurança; Divulgação:
108 Usaram-se panfletos e carros de som; Central de Atendimento: Houve uma central de
109 atendimento 24 horas, disponibilizando um celular exclusivo para o programa, que serviu como
110 canal de comunicação para tirar dúvidas e agendar cadastros; Incentivo: A partir do segundo mês
111 (Maio), como a procura não era a esperada, ofereceu-se o sorteio de uma cesta de café da manhã
112 para os participantes cadastrados para bonificar e dar celeridade ao processo. O sorteio ocorreu
113 em agosto e teve um morador de Macaé de Cima como ganhador. *Parcerias*: Foram realizadas
114 reuniões com guarda-parques (que indicaram vários cadastros) e mobilizaram-se líderes
115 comunitários (como Maria Lúcia e Creuza) nos assentamentos rurais e em Macaé de
116 Cima/Lumiar. A Sra. Luíza destacou que a mobilização de líderes comunitários foi uma
117 "estratégia de sucesso". *Atividades*: Realizaram-se prospecções de rua, divulgação de folders, e

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

118 plantões de cadastramento em todas as regiões da bacia (parte alta e baixa), incluindo locais não
119 previstos inicialmente, como Córrego de Ouro e Macaé de Cima/São Pedro da Serra. Também
120 ocorreram duas rodas de conversa *online* (uma restrita e outra aberta). Resultados da Meta 3.
121 Novos Cadastros: Foram realizados 74 novos cadastros, superando a meta inicial de 56; Vazão:
122 O incremento em vazão foi de 1,30 L/s em vazões subterrâneas e 0,5 L/s em superficiais. Todos
123 os cadastros foram categorizados como uso insignificante. Tipos de Uso (Superficial): A
124 captação superficial ocorreu principalmente para criação animal e consumo humano. Tipos de
125 Uso (Subterrâneo): A captação subterrânea apresentou maior diversidade de uso (aquicultura,
126 irrigação, consumo humano, criação animal e outros). Localização: Os cadastros concentraram-
127 se na região do Alto Macaé (Lumiar, São Pedro da Serra e Macaé de Cima) e nos Assentamentos
128 Rurais de Macaé. Outros pontos ocorreram em Casimiro de Abreu e Rio das Ostras. Análise de
129 Outorgas: O incremento de vazão não foi significativo para mudar as categorias de classe nos
130 mapas de demanda hídrica. A Sra. Luíza indicou que, embora houvesse 23.308 poços nos
131 municípios da RH VIII (segundo o Censo 2022), o cadastro de outorgas tinha apenas 419 pontos,
132 o que demonstrou a necessidade de continuar as campanhas de regularização. Lançamento de
133 Efluentes: Não ocorreram cadastros de lançamento de efluentes durante a Meta 3, e, portanto, os
134 valores apresentados permaneceram os mesmos. A concentração das cargas de DBO ocorreu na
135 parte baixa da bacia. V. Meta 4: Estudo de Impacto da Cobrança. A Sra. Luíza passou a palavra
136 para Sra. Marisa Morita para apresentar a Meta 4, que consistiu no estudo do impacto dos valores
137 praticados na cobrança sobre diferentes segmentos usuários. A Sra. Marisa detalhou que o estudo
138 foi dividido em seis etapas: 1) Revisão bibliográfica do panorama da cobrança (internacional e
139 nacional), 2) Caracterização das demandas hídricas na RH VIII; 3) Caracterização da atividade
140 econômica dos setores; 4) Estudo do impacto do valor cobrado; 5) Análise dos custos fixos de
141 gestão em relação aos valores arrecadados; 6) Considerações finais e recomendações. Panorama
142 da Cobrança. Internacional: A cobrança pela captação considerava o volume captado, e os valores
143 muitas vezes variavam de acordo com a finalidade e em locais sensíveis. O lançamento utilizava
144 o volume e os poluentes (DBO, entre outros). O modelo francês inspirou a legislação brasileira.
145 Nacional: A cobrança pela captação relacionava-se com o volume captado e consumido. O valor
146 geralmente era igual para todas as finalidades, e o uso de coeficientes para boas práticas era
147 incipiente. O lançamento utilizava a carga de poluente (principalmente DBO) e a eficiência do
148 tratamento. Caracterização das Demandas e Cenários. Setores Avaliados: O Termo de Referência
149 estipulou cinco setores para avaliação, com base em relevância histórica: abastecimento público,
150 aquicultura, irrigação, indústria e termelétrica. Estimativas: As demandas foram estimadas
151 usando métodos diretos (cadastro de outorgas) e indiretos (manuais da ANA, Atlas Águas, SNIS,
152 etc.). Cenários de Demanda: Foram elaborados três cenários: 1) Apenas valores outorgados (até
153 Nov/2024); 2) Valores outorgados mais valores em análise (aguardando consolidação); 3)
154 Maiores estimativas (diretas ou indiretas). Análise: O Cenário 3 (estimativas indiretas) para a
155 Indústria apresentou valor superior aos demais, indicando que o cadastro de outorgas não
156 representava totalmente a demanda do setor. Caracterização Econômica e Impacto. Fontes de

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

157 Renda: Para caracterizar a atividade econômica, utilizaram-se dados públicos do IBGE (PIB,
158 contas ambientais), SNIS e balanços patrimoniais de empresas. Estudo de Impacto: O estudo
159 baseou-se na relação entre os cenários de arrecadação (o que a RH VIII poderia arrecadar) e a
160 renda dos setores usuários. O impacto foi calculado comparando o valor cobrado com a renda do
161 setor, utilizando *proxies* para representar essa renda. A Sra. Marisa continuou a apresentação,
162 detalhando a estruturação dos cenários de arrecadação utilizados para calcular o impacto da
163 cobrança. Estrutura dos Cenários de Arrecadação: Mecanismos de Cobrança: Consideraram-se o
164 Mecanismo A (atualmente em vigor na RH VIII) e o Mecanismo B (utilizado na bacia do Rio
165 Paraíba do Sul, que era mais complexo e levava em conta outras variáveis). Demandas Hídricas:
166 Utilizaram-se os três cenários de demanda já apresentados: valores outorgados, outorgados mais
167 em análise, e maiores estimativas. Preço Público Unitário (PPU): Variou-se o PPU desde o valor
168 atual (cerca de seis centavos) até quinze centavos (o maior valor praticado no país à época, no
169 Ceará). Essa combinação resultou em 18 cenários de arrecadação (nove para cada mecanismo).
170 Estimativa da Renda dos Setores. A renda dos setores foi estimada utilizando dados públicos:
171 Abastecimento Público: Receita operacional direta da água (dados do SNIS); Aquicultura: Valor
172 de venda de produtos (dados do IBGE); Indústria: Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços
173 correntes; Termelétrica: Renda líquida do balanço patrimonial (2022); Todos os valores foram
174 corrigidos pela inflação (IPCA 2023). A sra. Marisa mencionou que solicitaram informações às
175 concessionárias de abastecimento, mas apenas a de Nova Friburgo informou valores divergentes
176 dos apresentados ao SNIS. Resultados do Estudo de Impacto (Cenário Atual): Os dois setores
177 mais impactados pela cobrança foram o Abastecimento Público e a Aquicultura. Mecanismo A:
178 O impacto variou de 1% a 3% da renda para o abastecimento público, e de 1,7% a 40% para a
179 aquicultura, o que evidenciou que este último era um setor muito mais sensível. Mecanismo B:
180 Também impactou mais o abastecimento e a aquicultura, mas trouxe uma melhor distribuição do
181 impacto para a aquicultura, embora penalizasse mais o abastecimento público. Conclusão sobre
182 o Impacto: A análise indicou a necessidade de tratar os setores de forma diferenciada, pois
183 Indústria e Termelétrica foram pouco impactadas. O impacto no abastecimento era uma
184 interferência direta com o cidadão (tarifa de água), exigindo cuidado. Para a Aquicultura, já
185 existia a limitação legal de 0,5% da renda. Estudo de Impacto (Horizontes Futuros). Projetaram-
186 se cenários para um horizonte de 20 anos, aplicando os mesmos mecanismos (A e B), projetando
187 as demandas (com evolução de consumo e eficiência) e as rendas (com inflação e crescimento
188 econômico). Projeção de Demandas: Utilizaram-se o manual de usos consuntivos da água no
189 Brasil (com exceções para Aquicultura, Indústria de Macaé e Termelétricas). Metas de
190 Eficiência: Incluíram-se metas de redução de perdas no plano de saneamento (até 25% de perdas),
191 redução de consumo na indústria petroquímica (reuso), melhoria nos sistemas de irrigação (até
192 30%), e mudança na forma de resfriamento em termelétricas, que poderia levar a uma redução
193 de até 90%. Resultados Futuros: Em ambos os mecanismos (A e B), observou-se uma tendência
194 de diminuição do impacto ao longo do tempo, pois o aumento da renda seria superior ao aumento
195 da demanda devido às ferramentas de eficiência. Reforçou-se que Abastecimento Público e

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

196 Aquicultura continuaram sendo os mais sensíveis. Análise dos Custos Fixos e Sustentabilidade.
197 A Sra. Marisa analisou os custos fixos para a gestão dos recursos hídricos na RH VIII, que
198 envolveram o Plano de Aplicação Plurianual, os custos com a Entidade Delegatária, os
199 programas, e o custo da transposição do Rio Macabu (estimado em 20% da arrecadação, como
200 no Guandu/Paraíba do Sul). Arrecadação vs. Custos: A arrecadação em 2021 chegou a cerca de
201 R\$ 2,5 milhões. Os custos fixos esperados para a gestão em 2023 totalizavam cerca de R\$ 4,2
202 milhões. A arrecadação estava aquém do valor necessário. Cenário de Referência: Um cenário
203 de referência (com processos em análise consolidados e PPU mais elevado) poderia elevar a
204 arrecadação para R\$ 9 milhões, garantindo uma sustentabilidade econômico-financeira melhor e
205 a ampliação das ações de gestão. A Sra. Marisa listou recomendações para aprimorar o
206 instrumento: 1) Aprimoramento da Cobrança pelo Lançamento de Efluentes: O mecanismo atual
207 considerava apenas a DBO e a eficiência do tratamento. Recomendou-se incluir outros
208 parâmetros (DQO, sólidos, nitrogênio, metais), relevantes para a indústria e termelétricas da
209 região, para usar a cobrança como incentivo à melhoria contínua. 2) Escalonamento do PPU:
210 Propôs-se um escalonamento de PPU (até 2031) para que os usuários se acostumassem e tivessem
211 um período de adaptação, com a ressalva de que o aumento poderia ser evitado para setores
212 sensíveis como saneamento básico e aquicultura. 3) Revisão dos Usos Insignificantes: A revisão
213 foi considerada, mas com ressalvas. O uso insignificante atualmente representava apenas 0,5%
214 da vazão outorgada, e a cobrança geraria um acréscimo de apenas R\$ 1.380,00. Isso poderia
215 causar sobrecarga no órgão gestor e resistência dos pequenos usuários, que haviam sido
216 convencidos a cadastrar-se com o argumento de não serem cobrados. 4) Abatimento por Boas
217 Práticas: Recomendou-se bonificar o usuário por formas mais eficientes de uso da água, como
218 reúso, redução de perdas, tecnologias eficientes e tratamentos avançados. 5) Mudança de
219 Metodologia: Considerou-se a mudança para o Mecanismo B (que teve impactos menores nos
220 usuários sensíveis e maior arrecadação em termelétricas), mas advertiu-se que a mudança deveria
221 ser feita com cautela e apenas após as outras implementações, dada a maior complexidade do
222 cálculo. 6) Atualização Contínua: As planilhas automatizadas foram disponibilizadas para que a
223 análise pudesse ser atualizada continuamente com novos dados de renda e arrecadação. A Sra.
224 Luíza reassumiu a palavra para apresentar a Meta 5, que envolveu a consolidação de todos os
225 dados e conclusões do estudo. Balanço Hídrico. Objetivo: Realizar um balanço hídrico antes e
226 depois dos cadastros da Meta 3. Disponibilidade Hídrica: Utilizaram-se dois cenários para
227 estimar a disponibilidade: a vazão de referência do PH Macaé Ostras (Modelo MGB-PH) e a
228 base de dados da ANA (2021). Resultados: Ocorreram pequenas diferenças entre os balanços de
229 2024 e 2025. Ela evidenciou a necessidade de novas campanhas de regularização para consolidar
230 o cadastro de outorgas de forma mais representativa. Comprometimento Hídrico: O
231 comprometimento hídrico foi classificado em seis classes. O balanço apontou que, em um dos
232 cenários, o comprometimento foi alto nas sub-bacias do Médio e Baixo Macaé, mas com a base
233 de dados da ANA, ele tornou-se crítico nas regiões do Sana e Rio das Ostras. A região da Lagoa
234 de Imboassica apresentou comprometimento alto em ambas as bases, o que evidenciou pressões

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

235 relevantes. Disponibilidade Hídrica: 40% da Q95. Em relação às outorgas para captações
236 superficiais no Rio de Janeiro, Luísa reforçou que a Resolução INEA 162/2018 estabelece a
237 vazão Q95 como referência, limitando a vazão outorgável a 40% da Q95. Ao aplicar este critério
238 (40% da Q95) em ambas as bases de disponibilidade (PH e ANA), os resultados do balanço
239 hídrico mostraram-se mais críticos: 1) Alto Macaé: Comprometimento mediano (PH 2014) e
240 muito alto (ANA). 2) Médio, Baixo Macaé e Rio São Pedro: Comprometimento crítico para
241 ambas as bases de dados. 3) Rio Sana: Comprometimento mediano para ambas as bases. 4) Lagoa
242 de Imboassica: Comprometimento variou entre crítico (PH Macaé Ostras) e mediano (ANA).
243 Balanço Hídrico Subterrâneo. O balanço hídrico subterrâneo foi realizado utilizando apenas a
244 disponibilidade do PH Macaé Ostras, e não sofreu grandes mudanças entre os cenários de 2024
245 e 2025. Problemas de Cadastro. A Sra. Luiza ressaltou que a ausência de registro de dados em
246 algumas sub-bacias não significava ausência de captações, mas sim a falta de registro no cadastro
247 de outorgas, reforçando a necessidade de continuar as campanhas de regularização. Áreas
248 Críticas. Algumas sub-bacias, principalmente na Lagoa de Imboassica e no Baixo Rio Macaé,
249 apresentaram comprometimento hídrico, indicando que a capacidade de exploração da água
250 subterrânea estava acima do nível sustentável. Análise de Conflito pelo Uso da Água. A RHA
251 Engenharia desenvolveu indicadores específicos para avaliar as áreas de conflito na RH VIII,
252 estimando-os por sub-bacia. Indicadores Utilizados. Índice de Comprometimento Hídrico:
253 Relação entre a vazão outorgada e a disponibilidade hídrica (40% da Q95), utilizando a base da
254 ANA por apresentar menores valores. Atribuíram-se notas de baixo a crítico. Taxa de
255 Abastecimento Público e Consumo Humano: Relação entre as vazões outorgadas para esses usos
256 e a vazão total outorgada. Taxa de Criação Animal: Relação similar, mas apenas para a criação
257 animal (só para captações superficiais, pois não foram identificadas outorgas subterrâneas).
258 Indicador H.I. (Concentração sobre as Vazões Outorgadas): Avalia a concentração das vazões
259 outorgadas por cadastro sobre o total de outorgas. Índice de Conflito (Superficial e Subterrâneo).
260 O Índice de Conflito foi calculado por meio de uma Análise Multicritério (Matriz de Prioridades),
261 usando a escala de Saaty (1977) para ponderar a importância de cada indicador. Risco de Conflito
262 Superficial. O risco foi geralmente de médio a alto. As sub-bacias do Médio e Baixo Macaé e do
263 Rio São Pedro apresentaram risco mais alto. A análise reforçou a necessidade de monitoramento
264 contínuo, controle em áreas sensíveis, e cadastramento completo (incluindo usos insignificantes).
265 Risco de Conflito Subterrâneo: O risco foi, em geral, baixo. No entanto, nas áreas densamente
266 apoiadas, como Baixo Macaé, Rio São Pedro, e Lagoa de Imboassica, o risco foi alto ou médio,
267 devido à elevada concentração de usuários e à dependência do abastecimento público das
268 captações subterrâneas. Luísa enfatizou a necessidade de gestão diferenciada e redistribuição da
269 demanda. A Sra. Luíza apresentou o resumo dos resultados e as recomendações. Cadastros
270 Realizados. Foram cadastradas 79 novas captações (aguardando análise no INEA) e 74 usos
271 invisíveis foram tornados visíveis, o que foi considerado satisfatório. Agentes Multiplicadores.
272 Formaram-se 39 agentes multiplicadores para o engajamento comunitário e fortalecimento da
273 regularização. Sustentabilidade do Sistema: O estudo embasou a revisão das outorgas e a

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

274 definição de novos critérios para modificação da cobrança, visando a sustentabilidade do sistema.
275 Recomendação de Próximos Passos. 1) Campanhas contínuas de regularização. 2)
276 Monitoramento das áreas críticas. 3) Ajustes graduais e setoriais no PPU para mitigar o impacto
277 nos usuários. 4) Fortalecimento da mobilização social e da transparência. A Sra. Maria Inês
278 agradeceu a apresentação e solicitou a disponibilização do resumo por ser bem enxuto e útil para
279 os debates futuros no GT Cobrança. Ela mencionou que a resolução de aumento do PPU havia
280 sido aprovada nas primeiras instâncias do CERHI, mas ainda não na plenária, mediante o
281 compromisso de continuar o debate no próximo ano. Ela antecipou que havia uma proposta de
282 escalonamento do PPU diluída até 2031 (conforme sugerido no estudo), que seria melhor
283 assimilada pelos usuários. Ela elogiou a equipe da RHA, ressaltando que as conclusões do estudo
284 eram fortes e norteariam futuras ações e a revisão do Plano de Recursos Hídricos. A Sra.
285 Raphaela reiterou os agradecimentos e fez dois apontamentos: 1) Dado de DBO em Termelétricas
286 (Cadastro INEA). Ela afirmou que a informação de DBO utilizada no relatório para as térmicas
287 estava equivocada. A Marlin Azul não lança DBO no efluente industrial, e o esgotamento
288 sanitário é tratado fora. O setor do INEA informou-lhe que, quando o campo é deixado em branco
289 ou preenchido com zero, o sistema insere um valor automático de 450 (algum número
290 relacionado) e uma eficiência padrão de tratamento de 95%. Ela pediu para que o relatório
291 mencionasse que, embora o dado do INEA (CNARH) fosse oficial, a realidade era diferente, e
292 que não havia o impacto ambiental sugerido. 2) Cálculo do Impacto da Cobrança (Renda das
293 Térmicas). A Sra. Raphaela questionou a base de cálculo para a renda (Balanço de 2022 da Norte
294 Fluminense corrigido pela inflação). Ela explicou que a receita das térmicas varia diretamente
295 com o quanto elas são despachadas. 2022 foi um ano de escassez hídrica, fazendo com que as
296 térmicas fossem muito despachadas, resultando em uma receita significativamente alta. As Sras.
297 Maira e Luísa concordaram que o apontamento sobre o DBO era relevante. A Sra. Maira
298 confirmou que consultores haviam feito o mesmo comentário sobre os dados de DBO estarem
299 equivocados e sugeriu incluir um parágrafo no relatório final sobre essa fragilidade do cadastro.
300 A Sra. Raphaela reforçou que o esclarecimento deveria ser amarrado com a avaliação de baixo
301 impacto da cobrança para as térmicas, uma vez que o baixo impacto era justificado, em parte,
302 pelo elevado (e irreal) impacto ambiental (DBO) atribuído a elas no cálculo. A Sra. Luísa
303 concordou em alterar o relatório para incluir a menção e o esclarecimento. A Sra. Raphaela,
304 continuou seu segundo ponto sobre a análise do impacto do aumento do PPU para o setor
305 termelétrico. Quanto a receita de Térmicas e o PPU: Ela argumentou que o estudo utilizou uma
306 base de receita de 2022 (da Norte Fluminense, época de grande despacho devido à escassez
307 hídrica), corrigindo-a pela inflação para projetar o impacto do aumento do PPU. Ela explicou
308 que 2023 e 2024 não seguiram o mesmo padrão de despacho e que a Norte Fluminense encerrou
309 seu contrato de venda de energia em 2024, não tendo receita (e possivelmente prejuízo em 2025
310 devido aos custos fixos). Além disso, no caso de Ativos Novos como a Marlin Azul, que
311 começou a operar em 2023, não gera lucro imediatamente, pois precisa amortizar o investimento.
312 Conclusão Equivocada: O uso da receita de 2022 levou o estudo a concluir que o aumento do

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

313 PPU (de R\$ 0,06 para R\$ 0,15 centavos) teria um impacto "insignificante" para as térmicas, o
314 que não reflete a realidade e gera debates equivocados no Comitê sobre a alegada "receita
315 exorbitante" do setor. Proposta do Setor: O setor concorda com a necessidade de reajuste do PPU,
316 mas propõe que o aumento seja o mesmo aplicado ao saneamento (8 centavos mais IPCA).
317 Solicitação à RHA: A Sra. Raphaela pediu que a RHA fizesse as considerações necessárias no
318 produto final para esclarecer a sensibilidade da receita do setor. Ela se colocou à disposição para
319 contribuir e sugeriu que o Comitê chame pessoas de cada setor para debater o estudo antes da
320 conclusão em futuras oportunidades. A Sra. Candice elogiou a intervenção da Sra. Rafaela,
321 considerando suas colocações "muito bem feitas e muito pertinentes" e concordando que as
322 questões deveriam constar no produto final. A Sra. Maira explicou que o Produto 8 (Meta 4) foi
323 elaborado prematuramente devido a impasses burocráticos e que, na época, o nível de informação
324 disponível sobre a série histórica era limitado. Ela concordou que as considerações seriam
325 incluídas no Produto 10 (final) para amarrar os momentos e o porquê das informações utilizadas.
326 O Sr. Thièrs agradeceu a apresentação e as explicações de Rafaela, reforçando a importância dos
327 dados para a tomada de decisão. Ele sugeriu que futuros estudos analisem o impacto dos
328 poluentes de agricultura (agrotóxicos, adubos nitrogenados/fosforados) no rio, que não estariam
329 sendo totalmente computados. Ele apontou a baixa adesão e a participação "aquém do esperado"
330 nos eventos do RUA (Regularização de Usos da Água), sugerindo que futuras ações melhorem a
331 comunicação e busquem/formem novas lideranças. Sugestão de Cobrança (Emissões
332 Atmosféricas): Ele sugeriu incluir um mecanismo complementar de cobrança ambiental para o
333 setor termelétrico, baseado em indicadores de emissões atmosféricas, já que esses poluentes
334 voltam ao ciclo hídrico (chuva ácida, alteração de pH) e não estão precificados. O objetivo seria
335 internalizar esses custos ambientais e incentivar tecnologias mais limpas, alinhando-se ao
336 princípio do poluidor-pagador. A Sra. Maria Inês reforçou que o Comitê, por opção estadual, não
337 focaria em mexer na fórmula do cálculo de cobrança neste momento. Ela sugeriu que o relatório
338 mencione que, ao manter a fórmula, os poluentes atmosféricos não estão sendo considerados,
339 mas que o debate para uma fórmula diferenciada seria um "papo futuro" e seria realizado no GT
340 Cobrança. Thièrs concordou que a ideia era agregar isso em próximos estudos. O Sr. Leonardo
341 parabenizou o estudo e fez considerações para a utilização futura do produto. Planilha de Cálculo
342 (Uso Insignificante): Ele perguntou se a planilha de simulação de cálculo (que apresentou
343 problemas na oficina) foi acertada para facilitar futuros cadastramentos. Referência do IBGE:
344 Solicitou a referência do estudo do IBGE usado para estimar o volume de poços, pois o número
345 era muito superior ao do cadastro. Inconsistência em Tabelas de Sucesso: Apontou
346 inconsistências nas tabelas que resumem os resultados das oficinas versus rodadas de conversa,
347 onde alguns cadastros (ex: Nativa Rafting) apareciam em ambas, o que poderia configurar dupla
348 contagem. Ele pediu para detalhar as lições aprendidas e as dificuldades. Água Subterrânea em
349 Rio das Ostras: Solicitou detalhamento sobre a área de Rio das Ostras Centro (água subterrânea),
350 onde haveria incompatibilidade entre o serviço de abastecimento público e o uso de água
351 subterrânea alternativa para fins humanos. Recomendação para o CBH: Sugeriu que ser uma

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

352 regra para os beneficiários do PSA garantir as salvaguardas ambientais, como a regularização
353 das captações. A Sra. Maria Inês confirmou que isso está no radar para o próximo ciclo. O Sr.
354 Leonardo questionou se os novos dados (tabelas, balanço hídrico) seriam disponibilizados no
355 Sistema de Informações Geográficas (SIGA) do Comitê. Outorgas e Vazão de Referência: Ele
356 questionou a informação (Pág. 44) de que a validade da outorga seria "flutuante" (atendida se
357 chover mais, não atendida em escassez), pois a outorga deveria considerar a vazão de referência.
358 Bacia de Imboassica: Pediu melhor esclarecimento do comprometimento da bacia de Imboassica,
359 onde 50% das captações estão localizadas, considerando que a bacia tem transposição de água
360 do Rio Macaé, o que poderia distorcer a ideia de insuficiência da água subterrânea. Inclusão da
361 Vazão de Diluição no Balanço: Principal Apontamento: Ele destacou que o balanço hídrico ficou
362 incompleto porque não considerou a vazão necessária para diluir os efluentes (lançamentos) O
363 balanço avaliou apenas a retirada da água, mas a carga poluente consome vazão do ri, e essa
364 vazão comprometida deveria ser incluída na análise do comprometimento hídrico. A Sra. Maira
365 concordou em passar a referência e Sra. Luísa acrescentou que a referência seria incluída no
366 relatório e que os dados do censo são por município, não necessariamente por bacia (exceto
367 Macaé). A Sra. Maira explicou que, após uma rejeição inicial ao R.U.A., a estratégia foi mudada
368 para focar em pontos focais e contato direto. Ela justificou a aparente "dupla contagem" nos
369 eventos (rodas e plantões), dizendo que ambas as presenças foram contabilizadas para mostrar
370 que a pessoa passou pelos dois momentos e depois efetivou o cadastro. Uma tabela mostra o
371 retorno da roda que virou cadastro, e a outra, o cadastro efetivo, mas não há dupla contagem de
372 usuários. A Sra. Fernanda, fiscal do contrato, complementou as respostas da equipe da RHA
373 Engenharia, trazendo informações importantes sobre os dados do projeto RUA e o procedimento
374 de cadastro. Relatórios e Dados de Cadastramento: A Sra. Fernanda informou que, além do
375 relatório consolidado, o site do Comitê (na área do projeto RUA) possui três relatórios de
376 cadastramento distintos, que oferecem um detalhamento maior sobre as ações e sua evolução.
377 Dados de Contatos para o Plano de Saneamento: Respondendo a uma pergunta da Sra. Maria
378 Inês, confirmou que a equipe possui os contatos dos participantes das rodas de conversa e que já
379 houve uma interação entre os projetos RUA e o do Plano Municipal de Saneamento. A transição
380 de informações para a nova empresa será verificada. Cadastro de Poços em Áreas de
381 Concessionária: A Sra. Fernanda esclareceu um ponto levantado pelo Sr. Leonardo, reforçando
382 que a orientação do INEA é não fazer cadastro de uso para consumo humano em áreas onde há
383 atendimento de concessionária. Portanto, os cadastros feitos nessas áreas foram para outros usos,
384 e a equipe respeitou essa condição. A Sra. Luísa detalhou que a prospecção em Rio das Ostras
385 foi feita em áreas centrais para divulgação e que as pessoas cadastradas moravam em outros
386 bairros não atendidos por concessionárias. A Sra. Maira anotou o ponto sobre a vazão de diluição
387 de efluentes (lançamentos) no balanço hídrico e se comprometeu a conversar com Marisa para
388 ver como essa informação pode ser adicionada. Ela explicou que a análise foi feita de forma
389 semelhante à da ANA, que avalia apenas as retiradas diretas. No entanto, ela reconheceu que o
390 relatório pode destacar essa limitação metodológica e a necessidade de aprofundamento em

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

391 futuros estudos. A Sra. Fernanda respondeu ao Sr. Leonardo que ela e a estagiária do Comitê
392 estão trabalhando na organização dos 3.500 arquivos de dados geográficos do projeto. Eles serão
393 disponibilizados no SIG do Comitê, possivelmente com uma *tag* específica para o programa
394 R.U.A., como feito no PSA, para facilitar o acesso. O Sr. Leonardo insistiu que o ideal seria ter
395 um balanço qualitativo, que considerasse a carga poluidora. A Sra. Maria Inês concordou que
396 essa seria uma lacuna a ser levada para a revisão do Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Carlos
397 Pedro, da EDF Norte Fluminense, reforçou o ponto de Rafaela com dados numéricos. Dados de
398 DBO: Ele afirmou que a Norte Fluminense não tem lançado efluentes com DBO e que os
399 efluentes sanitários são recolhidos por uma empresa credenciada. Parada de Operação: Ele
400 informou que a Norte Fluminense está sem contrato desde março de 2022 e operou muito pouco
401 desde então (2 meses e meio em 2024 e apenas 23 horas em 2025). Inconsistência nos Números
402 do Relatório: Carlos Pedro contestou os valores apresentados no relatório (4,5 toneladas de
403 DBO/dia, 42,91% de responsabilidade das térmicas), afirmando que a realidade da sua empresa
404 é de 7,2 kg/mês, uma diferença "absurda" em relação às 60 toneladas/mês sugeridas no estudo.
405 Ele reforçou que o setor termelétrico não pode ser comparado ao efluente sanitário da população.
406 Ele se colocou à disposição com os dados das análises de DBO (2,1-2,4 mg/L). A Sra. Maria Inês
407 reconheceu a importância das colocações de Carlos Pedro, sugeriu que o relatório faça uma
408 recomendação ao INEA para que o órgão reveja a forma de cálculo de cobrança das Térmicas,
409 que não reflete a realidade da operação sazonal, uma vez que os dados oficiais (CNARH) não
410 estão apurados de forma correta. Ela separou essa questão do debate sobre o aumento do PPU.
411 Ela salientou que os dados de monitoramento das térmicas serão importantes para a revisão do
412 Plano de Recursos Hídricos. A Sra. Marisa concordou com a colocação do Sr. Carlos Pedro, mas
413 explicou que a análise foi baseada nos dados oficiais disponíveis no início do trabalho e que, pelo
414 volume de informações e cadastros, não era possível considerar particularidades de caso a caso.
415 Ela concordou que a recomendação seria incluída no relatório. O Sr. Carlos Pedro insistiu que,
416 por serem poucas empresas no setor, o Comitê poderia ter um contato mais próximo para obter
417 dados fidedignos e não apenas usar os dados do cadastro. A Sra. Maria Inês encerrou o debate,
418 lamentando a ausência de Carlos Pedro na oficina anterior, mas reforçando que haveria outros
419 momentos para o debate. O Sr. Reginaldo parabenizou a apresentação, mas levantou uma
420 preocupação central em relação às falas que questionaram a precisão dos dados. Validação dos
421 Dados: Ele perguntou como os dados utilizados no estudo foram validados e qual foi o "crivo"
422 utilizado, especialmente desconfiando de dados oficiais como o SNIS e SINISA, que, segundo
423 ele, podem ter "muitos dados furados". Capacitação para o Comitê: O Sr. Reginaldo propôs que,
424 no período entre a finalização deste relatório e o início dos trabalhos de atualização do Plano de
425 Recursos Hídricos, o relatório fosse trabalhado como uma capacitação para os membros do
426 Comitê. Ele acredita que um aprofundamento na discussão daria maior robustez e segurança aos
427 dados do programa R.U.A.. A Sra. Maria Inês esclareceu que o aprofundamento e o refinamento
428 dos dados, incluindo a verificação de lacunas, serão o foco da revisão do Plano de Recursos
429 Hídricos. Ela informou que o GT Plano já está convocado para a apresentação da empresa Água

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

430 e Solo, e as demandas sobre o refinamento devem ser tratadas nesse âmbito. A Sra. Fernanda
431 contextualizou que a RHA utilizou planilhas do INEA como base, reconhecendo que não são
432 dados 100% consolidados. No entanto, a equipe teve várias reuniões próximas com a INEA e o
433 produto foi debatido no GT Cobrança para torná-lo "o mais consolidado possível". A Sra. Luíza
434 confirmou que a consistência dos dados foi feita em conjunto com o INEA. Para validar os dados
435 do SNIS/SINISA, a RHA enviou ofícios às concessionárias. A única que relatou dados diferentes
436 foi a Águas de Nova Friburgo, que forneceu o valor correto referente à porção na bacia. A Sra.
437 Marisa complementou que o estudo usou o extrato do INEA e fez o cálculo por usuário para
438 detalhar ao máximo. O Sr. Reginaldo justificou sua preocupação com a validação não apenas
439 pelo seu tempo no Comitê, mas principalmente pelo "outline muito expressivo" do erro apontado
440 nos dados das térmicas. A Sra. Maria Inês reforçou que o Comitê fará uma recomendação ao
441 órgão gestor sobre a apuração desses dados. A Sra. Maria Inês propôs a aprovação do Produto
442 10 por consenso, uma vez que a empresa RHA se comprometeu a incorporar todas as
443 considerações e sugestões levantadas pela plenária. A Sra. Rafaela questionou o prazo para
444 recebimento do produto revisado. A Sra. Fernanda explicou que o contrato finaliza em
445 18/10/2025 e que conversaria com a empresa. A Sra. Maira garantiu que as observações poderiam
446 ser atendidas até o meio da próxima semana. A Sra. Fernanda propôs enviar a versão revisada
447 por volta do dia 9 ou 10 da semana seguinte, para que a plenária pudesse validar e formalizar a
448 aprovação. Devido à falta de consenso, A Sra. Maria Inês solicitou o Sr. Thiago que projetasse a
449 lista de presentes para a contagem de quórum e o início formal do processo de votação. A
450 representante da RHA reiterou que as modificações a serem inseridas no Produto 10 são apenas
451 observações a serem adicionadas no texto. Elas não trarão novos números ou modificações que
452 alterem o cálculo, uma vez que o estudo utilizou dados oficiais e a RHA não tem autoridade para
453 usar dados não oficiais. O objetivo das observações é garantir que a discussão rica sobre a
454 sazonalidade das termelétricas e a apuração de dados oficiais não se perca e sirva de base para
455 estudos futuros. Após o esclarecimento, A Sra. Maria Inês procedeu com a votação, visto que
456 havia votos contrários e abstenções prévias. O quórum foi verificado e os membros foram
457 instruídos a se manifestar no chat com "Aprova" (ou "Sim"), "Não Aprova", ou "Abstenção".
458 Após a contagem dos votos pelo Sr. Thiago e a Sra. Daniele, o resultado foi: Oito (8) votos "Sim"
459 / Sete (7) votos "Não" / Três (3) abstenções. O Produto 10 foi aprovado com a condição de que
460 todos os comentários e observações discutidos na reunião fossem incorporados ao texto pela
461 RHA. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 2**, onde foi definido que os ofícios deverão passar
462 pela Diretoria Colegiada. A plenária aprovou ainda, que seja preparado as minutas dos três ofícios
463 solicitados pela CTLAZOC, além do ofício de convite à pesquisadora Fernanda de Abreu Pereira.
464 Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 3**, foi aprovado o envio de ofício para o Profº Jader,
465 coordenador do Programa AmbHidro-IFF, convidando a doutoranda, Fernanda de Abreu Pereira,
466 para participar do GT Plano. Ela é Mestra em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias pelo IFF,
467 com projeto de pesquisa intitulado " Gestão sustentável das águas e valorização do Sistema de
468 Espaços Livres (SEL): impactos das políticas ambientais na paisagem urbana de Macaé".



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

469 Prosseguiu-se para o ponto de pauta 4, A Sra. Maria Inês informou que o escopo da assessoria
470 de comunicação e o escopo de renovação do plano de comunicação serão disponibilizados para
471 toda a plenária. Esta medida atende a uma demanda da CTEACOM para que todos os membros
472 possam revisar e contribuir com esses documentos antes da renovação dos contratos. A Sra.
473 Daniela enviará o escopo na segunda-feira para retorno até o dia 14. Todas as contribuições serão
474 compiladas e levadas à reunião extraordinária da CTEACOM no dia 17 de outubro de 2015. A
475 Sra. Maria Inês informou que o escalonamento original de aumento do PPU foi aprovado na
476 CTIG e na CTIL do CERHI. No entanto, o GT Cobrança tem o compromisso de realizar um
477 debate aprofundado ao longo do próximo ano, com a participação das térmicas, para replanejar
478 a questão do aumento do PPU escalonado com base nos novos dados e discussões levantadas.
479 Ela informou ainda sobre o andamento do aumento do PPU na CTIL do CERHI, com a aprovação
480 da proposta para 2026 e que até junho de 2026 o CBH deverá informar a posição em relação ao
481 valor do PPU para 2027 a 2029. Foi marcada uma reunião para o dia 8 de outubro, às 14h, com
482 a diretoria do Comitê, o CILSJ, e a Livia Soalheiro (Águas do Brasil), que possui informações
483 detalhadas sobre a transposição, que envolve diferentes Regiões Hidrográficas e empresas. O
484 objetivo é embasar a discussão para levá-la ao GT Transposição. A Sra. Thayna Fernandes
485 solicitou aos membros que dessem atenção às redes sociais do Comitê e divulgassem as
486 postagens para que o trabalho desenvolvido circule melhor e de forma mais orgânica. Ela
487 reforçou a importância de frequentar as redes para sinalizar fragilidades na comunicação, visto
488 que o contrato será renovado em dezembro. Não havendo nada mais a tratar, a presente ata foi
489 lavrada por Thiago J S Cardoso e assinada pela Diretora Presidente do CBH
490 Macaé Ostras, Sra. Maria Inês Paes Ferreira.

MARIA INES PAES FERREIRA

Diretora-Presidente

THIAGO J S CARDOSO

Assistente Administrativo
CILSJ – Entidade Delegatária

Aprovada em 28 de novembro de 2025



Consórcio Intermunicipal Ambiental Lagos São João – CILSJ
Entidade Delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras
Tel.: +55 (22) 98841-2358
www.cilsj.org.br